



## REUNIÃO ANUAL DAS ASSEMBLÉIAS DE GOVERNADORES

FORTALEZA, BRASIL

AB-2168  
CII/AB-808  
11 março 2002  
Original: inglês

DISCURSO DO GOVERNADOR SUPLENTE INTERINO PELA ITÁLIA  
NA SEGUNDA SESSÃO PLENÁRIA

*Lorenzo Bini Smaghi*

1. Em nome do Governo da Itália, quero agradecer ao Governo e ao povo do Brasil, particularmente ao Estado do Ceará e à cidade de Fortaleza, por sua cálida e generosa hospitalidade. Quero também felicitar a Administração e o pessoal do Banco pelos excelentes preparativos para esta reunião.

*O cenário internacional e a América Latina e o Caribe depois de 11 de setembro*

2. O ano de 2001 foi muito difícil. A atividade econômica já se vinha deteriorando mundialmente antes de 11 de setembro. Os atentados terroristas e suas conseqüências agravaram ainda mais os riscos e incertezas.

3. As medidas adotadas pela comunidade internacional imediatamente após 11 de setembro aliviaram alguns dos efeitos negativos sobre a economia mundial. Agora se espera que a recuperação se acelere, tanto na Europa como nos Estados Unidos.

4. Os países mais pobres do mundo, porém, correm o risco de uma marginalização ainda maior. Depois de 11 de setembro, o FMI reviu os prognósticos de redução de crescimento para a América situando em 2,7%, mais do dobro da correspondente aos países industrializados e também maior que a correspondente à África (-0,6%), à Ásia (-0,8%) e ao Oriente Médio (-1,8%).

5. Embora o contágio tenha sido até agora limitado, a crise da Argentina concorreu mais para a deterioração estrutural da região.

6. Para a América Latina e o Caribe, este novo século teve um início muito semelhante ao da década anterior. Como os senhores se lembrarão (citando informações constantes do Relatório Anual do Banco), a região registrou na década de 90 o pior desempenho entre as principais regiões do mundo no que se refere a crescimento, com uma taxa média de 3,3%, comparativamente a 5,1% na Ásia Oriental, 4% no Oriente Médio, 5,2% no restante da Ásia e 3,5% na Europa Oriental. Em termos per capita, a renda dos latino-americanos aumentou apenas 1,5% por ano em relação à década anterior, comparativamente aos 3,3% registrados

na Ásia Oriental, 3,5% no restante da Ásia e 2,7% na Europa Oriental. Somente a África e o Oriente Médio registraram desempenho pior, com 0,5% e 1,2%, respectivamente.

7. Dois fatores principais podem ser apontados como responsáveis por esse desempenho: os baixos níveis educacionais e a qualidade precária das instituições públicas. Citando uma vez mais informações constantes do Relatório Anual do BID, o nível educacional médio da força de trabalho da região se elevou em apenas 1,5% por ano na década de 90, contra uma elevação de 2,5% na Ásia Meridional, e a educação superior ainda se concentra num grupo relativamente pequeno da população. Este é um dos principais motivos da grande desigualdade de renda. Se não há dúvida de que o crescimento econômico é de importância capital para a redução da pobreza, tampouco se duvida que a desigualdade de renda seja um grave obstáculo ao crescimento econômico.

8. A precária estrutura institucional continua a ser uma grande dificuldade. De acordo com o relatório Progresso Econômico e Social de 2001 publicado pelo BID, considera-se que a instabilidade de políticas seja um grande problema para 38% dos empresários na América Latina, comparativamente a 25% na África, 20% na Ásia e 14% no mundo desenvolvido.

#### *O combate à pobreza*

9. A luta contra a pobreza e a desigualdade social requer um compromisso coletivo de todos os interessados: países latino-americanos, países industrializados, instituições internacionais, especialmente o BID.

10. Os países da região têm a responsabilidade precípua de combater a pobreza mais efetivamente. Sabemos o que para isso é necessário: políticas macroeconômicas sólidas, reformas estruturais, forte estrutura jurídica e normativa, combate à corrupção. O FMI, o Banco Mundial, o BID nos lembram essa necessidade a toda hora. É necessário fazê-lo.

11. Os países industrializados também têm grandes responsabilidades. O primeiro teste de credibilidade na luta contra a pobreza reside em nossa capacidade de abrir nossos mercados e de paulatinamente eliminar subsídios que desvirtuem os mercados nos setores em que os países em desenvolvimento gozem de vantagem comparativa. A esse respeito, a União Européia tem um papel de liderança a desempenhar, uma vez que absorve mais da metade das exportações dos países em desenvolvimento. No ano passado, a União Européia decidiu abrir plenamente os seus mercados às exportações dos países pobres, com exceção das exportações de armas. Incentivamos os outros países industrializados a que adotem esta iniciativa. O segundo teste do nosso compromisso consiste em aumentar os fluxos de assistência oficial para o desenvolvimento a fim de ajudar os países em desenvolvimento a combater a pobreza. Os países da União Européia comprometeram-se a aumentar o volume de ajuda para 0,7% do PIB num futuro próximo. Precisamos não só de mais ajuda, mas de ajuda de melhor qualidade: de um uso mais efetivo dos recursos.

12. Por último – questão nem por isso menos importante – as instituições financeiras internacionais, particularmente o BID, têm um papel crucial a desempenhar no combate à pobreza na América Latina. Entretanto, essas instituições devem estar plenamente equipadas para o desempenho de suas tarefas de modo mais efetivo.

### *O processo de reforma dos BMDs e o BID*

13. No decorrer do ano passado, discutimos com a administração dos BMDs e com outros interessados meios de melhorar sua eficácia e eficiência. Essas discussões conduziram a propostas e compromissos específicos, que constam do Relatório dos Ministros das Finanças do G7 sobre reforma dos BMDs, publicado em julho do ano passado em Roma. Destacaram-se seis áreas em que acordamos adotar importantes medidas para elevar a eficiência, a saber: coordenação, boa governança, avaliação dos instrumentos de empréstimo e da fixação de preços, bens e serviços públicos globais, reforma do setor financeiro e, finalmente, governança interna.

14. Depois de oito meses, podemos avaliar em conjunto as principais realizações nessas áreas.

#### *1. Coordenação*

15. No tocante à coordenação entre os BMDs, o relatório pede o fortalecimento dos vínculos entre as Estratégias de Países dos BMDs no quadro do desenvolvimento. O memorando de entendimento entre o Banco Mundial e o BID é um primeiro passo importante neste sentido. Esperamos agora que haja maior progresso no alinhamento dessas estratégias de países. Esperamos também que, no decorrer deste ano, haja uma melhoria na priorização e aceleração do processo de harmonização.

#### *2. Boa governança*

16. No que tange à governança, existe um amplo acordo no sentido de que as Estratégias de Países devem incluir um exame da governança do país e dedicar uma atenção especial à administração e responsabilidade do setor público e a medidas contra a corrupção. A administração e responsabilidade do setor público já se acham incluídas como prioridades nos Estudos de Países recém-preparados. Entretanto, pode-se dispensar maior atenção, nos documentos estratégicos do BID, ao império da lei e às medidas para combater a corrupção. Além disso, sugerimos que as atividades creditícias do BID dêem maior ênfase ao cumprimento dos compromissos, assim criando os incentivos corretos, assegurando o uso mais efetivo dos recursos escassos e intensificando a efetividade das operações do Banco para o desenvolvimento.

#### *3. Avaliação dos instrumentos de empréstimo e da fixação de preços*

17. Todos coincidimos em que os BMDs, particularmente o BID, devem focalizar cada vez mais operações que visem à redução da pobreza e à melhoria do impacto dos nossos recursos escassos sobre o desenvolvimento. Isso exige maior seletividade na operação em setores onde o acesso ao capital privado vem melhorando. Os BMDs também acordaram examinar seus instrumentos de empréstimo e suas políticas de fixação de preços. Desse modo, acolhemos com satisfação os recentes acordos dos Governadores do BID destinados a incrementar a capacidade do Banco para atender ao aumento das necessidades dos países membros, particularmente mediante a diversificação de seus instrumentos creditícios. Isso permitirá ao BID ampliar os meios de apoio ao desenvolvimento da região, dando a devida atenção à solvência financeira do Banco. Para que essa nova estrutura seja efetiva, deve ser implementada ao mesmo tempo que se estabelecem claros objetivos e indicadores

mensuráveis e se fortalece a função do Banco de monitoramento e avaliação. Com efeito, não gostaríamos que o Banco se transformasse principalmente numa entidade de financiamento de necessidades orçamentárias e de balanço de pagamentos. A prioridade sempre deve ser a redução da pobreza.

#### 4. *Bens e serviços públicos globais*

18. Os bens e serviços públicos globais exercem forte impacto no desenvolvimento e na redução da pobreza. As principais prioridades consistem em combater as doenças infecciosas, promover o melhoramento ambiental, facilitar o comércio e apoiar a estabilidade financeira. O BID já lançou uma série de iniciativas nas áreas de doenças infecciosas, proteção ambiental e integração regional. Acolhemos com satisfação essas iniciativas. Trabalharemos em estreito contato com a Administração a fim de identificar outras áreas em que o BID possa proporcionar valor agregado, em coordenação também estreita com o Banco Mundial.

#### 5. *Reforma do setor financeiro*

19. Solicitou-se ao BID, como a outros BMDs, que desempenhem papel mais proativo no que se refere a assistência a mutuários, especialmente países de baixa renda, para o desenvolvimento de capacidade institucional e de estratégias adequadas para o cumprimento de códigos e normas internacionais, inclusive normas para a Força-Tarefa de Ação Financeira contra a lavagem de dinheiro. Algum progresso foi alcançado quanto ao estreitamento da cooperação com a Força-Tarefa, mas ainda resta muito a fazer. Também é necessário que nos asseguremos de que, em fins deste ano, todas as Estratégias de Países incorporem assuntos do setor financeiro e considerem medidas para o cumprimento dos códigos e normas internacionais.

#### 6. *Governança interna*

20. Finalmente, a governança interna dos BMDs. A responsabilidade e transparência são cruciais para o fortalecimento da credibilidade dos BMDs aos olhos dos nossos parlamentos, da sociedade civil, de todos os interessados em geral. As áreas em que acordamos trabalhar em contato mais estreito são as seguintes: fortalecimento dos mecanismos de controle do cumprimento das obrigações, garantia de divulgação oportuna, estabelecimento de processo orçamentário mais transparente, melhoria efetiva da distribuição de documentos e exame da organização interna. Muito nos agrada o empenho da Administração em certificar-se de que as operações financiadas pelo BID claramente exercem impacto no desenvolvimento, em alinhar os processos, procedimentos e incentivos internos no sentido da consecução de resultados. Podem ser envidados esforços adicionais para melhorar as funções de monitoramento e avaliação do Banco. Um meio de melhorar ainda mais essas funções poderia ser o estabelecimento de uma unidade de avaliação do desenvolvimento que tivesse por função avaliar cuidadosamente o impacto de cada um dos projetos sobre o desenvolvimento. Outra área em que podem ser introduzidos melhoramentos é a do processo orçamentário, com vistas a proporcionar aos interessados o controle da coerência entre as prioridades institucionais e a alocação de recursos.

#### *O papel do setor privado*

21. Mais algumas palavras sobre o crítico papel do BID na promoção do setor privado.

22. Acolhemos com satisfação o estudo do Grupo Assessor Externo, dirigido pelo Presidente Gurria, sobre o futuro papel do BID. Esse estudo contém muitas idéias inspiradoras, particularmente no que se refere ao papel do setor privado, idéias essas que são coerentes com a agenda de reforma que apresentamos. Essas idéias devem ser seriamente consideradas e levadas avante.

23. O clima de investimento na região deve ser melhorado acentuadamente. Um dos meios para isso consiste em promover o desenvolvimento de pequenas e médias empresas, que possam contribuir para a promoção do crescimento econômico e a redução da pobreza. Isso requer um sistema de governo sensato e infra-estruturas adequadas, que permitam aos empresários privados crescer e operar com eficácia. Nesse contexto, o BID tem uma oportunidade única de fortalecer o seu papel catalisador a fim de ajudar os países a desenvolverem um ambiente institucional e normativo que possa promover condições favoráveis aos investimentos do setor privado.

#### *Conclusão*

24. Senhor Presidente, esta primeira década do terceiro milênio pode marcar uma reversão da tendência declinante experimentada pela América Latina e o Caribe ao encerrar-se o último século. É nossa responsabilidade não somente desejar que isso ocorra, mas conseguir que ocorra. Confiamos em que, sob a sua liderança, o BID continuará a reformar-se e a fortalecer ainda mais o seu papel na região. Como um dos interessados nesta instituição, continuaremos a apoiar as políticas e as estratégias do Banco e nos esforçaremos por trabalhar com todos os interessados no sentido de aumentar a capacidade do Banco.

25. Senhor Presidente, desejando ao Banco sucesso neste próximo ano. Permita-me concluir dizendo que será uma honra para as autoridades italianas servir de anfitriões da próxima Reunião Anual em Milão, em 2003.